



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150546 - MG (2021/0223965-5)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : FABRÍCIO CÁSSIO CIPRIANO (PRESO)  
**ADVOGADO** : TAMIRIS ALVES DE JESUS - MG194464  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FABRÍCIO CÁSSIO CIPRIANO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* Criminal n. 1.0000.21.113114-9/000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente, em virtude de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo cometimento do crime descrito no art. 157, §2º, VII, c/c artigo 14, II, por duas vezes, na forma do art. 69, todos do Código Penal.

Argumenta o recorrente que o decreto construtivo justificou, indevidamente, a necessidade da medida extrema no *modus operandi* empreendido para executar a conduta. Sustenta que a decisão não foi embasada em fundamentação idônea e não logrou demonstrar que a liberdade do ora paciente implicaria risco à ordem pública e econômica, à conveniência da instrução criminal ou à aplicação da lei penal. Esclarece que o paciente é primário e tem bons antecedentes.

Requer, liminarmente a expedição de alvará de soltura, para que o recorrente aguarde o julgamento em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente